

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.326.327 - RS (2018/0174227-4)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : MAURÍCIO DAL AGNOL
ADVOGADOS : ALESSANDRO NECKEL DE OLIVEIRA - RS089310
LUCIANO MARTINS E OUTRO(S) - RS079401
AGRAVADO : MARIO ANTONIO DIAS FLOR
ADVOGADOS : LEANDRO DALBOSCO MACHADO - RS082122
RAPHAEL RAMOS DAIUTO - RS094485A

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E RECURSO ESPECIAL MANEJADOS SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE COBRANÇA. DANOS MORAIS E MATERIAIS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. RETENÇÃO INDEVIDA. DANOS MORAIS. ENTENDIMENTO CONSONANTE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTA CORTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 568 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

MÁRIO ANTÔNIO DIAS FLOR (MÁRIO) propôs ação contra MAURÍCIO DAL AGNOL (MAURÍCIO), visando à cobrança de valores depositados judicialmente e que não lhe foram repassados por MAURÍCIO, seu procurador nas ações movidas contra a Brasil Telecom S.A., bem como ao pagamento de danos morais, em razão da indevida retenção.

O Juízo de primeira instância julgou parcialmente procedentes os pedidos, para condenar MAURÍCIO ao pagamento de: a) indenização por danos materiais no valor de R\$ 3.153,93 (três mil, cento e cinquenta e três reais e noventa e três centavos); b) indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). MAURÍCIO foi condenado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.

Os embargos declaratórios opostos por MAURÍCIO foram rejeitados (e-STJ, fl. 109).

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso de apelação interposto por MAURÍCIO, com a seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DESCONTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. INOVAÇÃO RECURSAL. Não merece conhecimento o ponto relacionado ao desconto dos honorários advocatícios contratados entre as partes, porquanto configurada a inovação recursal. Matéria não suscitada na contestação. ALEGAÇÃO DE DECISÃO EXTRA PETITA REJEITADA. APROPRIAÇÃO DE VALORES. Rejeitada a alegação de que não repassou o crédito devido ao autor pelo fato de o cheque para pagamento ter sido apreendido pela Polícia Federal, pois tal circunstância não afasta a sua responsabilidade. Não há prova de que entre a documentação retida pela Operação Carmelina estivesse o cheque em favor da autora. Se realmente tivesse a intenção de efetuar o pagamento à parte autora, teria efetuado antes dos cinco meses que antecederam a indisponibilidade da documentação. Não há como ser declarada a purga da mora do apelante desde o momento em que transferidos valores para conta judicial remunerada. INDENIZAÇÃO EXTRAPATRIMONIAL DEVIDA.

Demonstrada a irregularidade no agir do demandado que deixou de proceder ao repasse do proveito econômico decorrente da ação ordinária patrocinada pelo réu em nome do autor, restando indevidamente quantia pertencente ao seu cliente, impositiva mostra-se a condenação indenizatória extrapatrimonial.

Demonstrados o ato ilícito e o nexo causal, a parte autora faz jus à indenização. PRETENSÃO DE REDUÇÃO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. DESCABIMENTO. Adequado o valor arbitrado a título de indenização por danos morais, o qual atende a dupla finalidade, ou seja, a de punir o ofensor e minimizar o abalo, recompondo os danos causados, bem como por se encontrar dentro dos parâmetros desta Corte em casos análogos. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. CITAÇÃO. Tratando-se de responsabilidade contratual, os juros moratórios incidem da citação. Precedentes do e. STJ. APELAÇÃO DESPROVIDA (e-STJ, fls. 154/155).

Os embargos de declaração opostos por MAURÍCIO foram parcialmente acolhidos, conforme acórdão que ficou assim ementado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MANDATOS. CONTRADIÇÃO EVIDENCIADA. DEDUÇÃO DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CASO CONCRETO. CABIMENTO. Nada obstante reprovável a conduta do demandado ao reter parte dos valores pertencentes ao mandante, este faz jus ao pagamento de honorários pelos serviços prestados, razão pela

qual não há falar em declaração de inexigibilidade dos honorários contratuais. A juntada aos autos pelo demandado do contrato de honorários advocatícios, indicando o percentual contratado, viabiliza a retenção. DEMAIS PONTOS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. Os embargos declaratórios não merecem acolhimento quando não configuradas quaisquer das hipóteses previstas no artigo 1.022, do NCPC. Ausentes omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada bem como qualquer erro material passível de correção. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. Pretensão da parte embargante de ver rediscutida matéria já apreciada. Impossibilidade, segundo entendimento do STJ e desta Corte. PREQUESTIONAMENTO. A decisão não está obrigada a enfrentar todos os dispositivos legais tidos por violados em recurso, bastando que a questão seja discutida e decidida fundamentadamente. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS EM PARTE, COM APLICAÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES (e-STJ, fl. 191).

Irresignado, MAURÍCIO interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, alegando violação dos arts. 186, 407, 927 e 944 do CC/02 e dissídio jurisprudencial, ao sustentar que (1) o mero descumprimento contratual não gera dano moral; (2) o dano moral foi fixado de forma desproporcional, logo o *quantum* indenizatório foi deve ser minorado; (3) o termo inicial da incidência dos juros moratórios relativamente aos danos morais deve se dar a partir da decisão que fixou a condenação; (4) houve divergência jurisprudencial quanto ao cabimento de danos morais (e-STJ, fls. 202/224).

As contrarrazões ao recurso especial foram apresentadas (e-STJ, fls. 242/250).

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul inadmitiu o apelo nobre diante da incidência das Súmulas nºs 7 e 83 do STJ (e-STJ, fls. 259/272).

Nas razões do agravo em recurso especial, MAURÍCIO sustentou que houve ofensa aos dispositivos de lei federal e dissídio jurisprudencial, além de ressaltar que não incidem, ao caso, as Súmulas nºs 7 e 83 do STJ (e-STJ, fls. 275/287).

A contraminuta ao agravo em recurso especial não foi apresentada (e-STJ, fl. 289).

É o relatório.

DECIDO.

De início, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto, ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de

9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/15 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

A irresignação não comporta acolhimento.

(1) e (2) Do dano moral e do *quantum indenizatório*

Quanto à configuração do dano moral e o *quantum indenizatório*, o Tribunal local concluiu que:

Tal fato, definitivamente, materializou dano extrapatrimonial passível de condenação indenizatória.

Vale lembrar que esse tipo de dano prescinde de prova, porquanto decorre do fato em si, da própria situação penosa.

É o dano in re ipsa.

Assim, configurado está o agir ilícito do mandatário e a falha na prestação dos serviços e, por consequência, a necessidade de reparação civil.

Assim, demonstrado nos autos o ato ilícito, o nexo causal e os danos morais, a parte autora faz jus à indenização, nos termos fixados na sentença.

*Em relação à quantificação do dano, cabe ao julgador, de acordo com seu prudente arbítrio, observando a repercussão do dano e a possibilidade econômica do ofensor, estabelecer uma quantia a título de *quantum indenizatório*. Neste, interferem o ambiente de interação social dos sujeitos, as particularidades do objeto, os requisitos de atividade, tais como o lugar, o tempo e a forma, bem como os efeitos jurídicos e econômicos.*

Tenho que, no caso em espécie, não merece reforma a sentença atacada, pois adequado o valor da indenização por danos morais em R\$ 10.000,00, quantia que atende a dupla finalidade, ou seja, a de punir o ofensor e minimizar o abalo, recompondo os danos causados, bem como por se encontrar dentro dos parâmetros desta Corte em casos análogos (e-STJ, fls. 159/160).

Esta Corte Superior, em recente julgado, decidiu que a prática de ato ilícito por parte de advogado contra sua própria clientela, aproveitando-se da relação de confiança para causar prejuízos a quem lhe contratou na expectativa de ser representado com lealdade e boa-fé, importa em séria violação do ordenamento jurídico e dos deveres ético-sociais que regem o exercício da advocacia, a extrapolar o simples descumprimento contratual e impor o dever de reparação pelos danos materiais e

morais causados.

O julgado em referência recebeu a ementa a seguir transcrita:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. ADVOGADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FRAUDE. ALVARÁS JUDICIAIS. LEVANTAMENTO. APROPRIAÇÃO INDEVIDA. JUROS MORATÓRIOS. TERMO FINAL. BLOQUEIO DOS BENS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. REDUÇÃO. INVIABILIDADE. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial relacionado com uma série de demandas indenizatórias cíveis ajuizadas por antigos clientes do escritório de advocacia do recorrente, Maurício Dal Agnol.

2. No caso concreto, as instâncias ordinárias consignaram que o recorrente desrespeitou os limites de seu mandato ao reter indevidamente quantias que pertenciam à recorrida, na condição de seu advogado, realizando o levantamento de alvarás judiciais sem efetuar os respectivos repasses.

3. A prática de ato ilícito por parte de advogado contra sua própria clientela, aproveitando-se da relação de confiança para causar prejuízos a quem lhe contratou na expectativa de ser representado com lealdade e boa-fé, importa em séria violação do ordenamento jurídico e dos deveres ético-sociais que regem o exercício da advocacia, a extrapolar o simples descumprimento contratual e impor o dever de reparação pelos danos materiais e morais causados.

[...]

7. Inviável reapreciar as conclusões do acórdão recorrido no tocante à configuração do dano moral, à sua quantificação e à ocorrência de sucumbência mínima da autora, por demandar a reapreciação do conjunto fático-probatório, procedimento vedado pela Súmula nº 7/STJ, consoante iterativa jurisprudência desta Corte Superior.

[...]

9. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

(REsp 1.740.260/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 26/6/2018, DJe 29/6/2018 - sem destaque no original)

Dessarte, verifica-se que o entendimento do Tribunal de origem, ao condenar MAURÍCIO por danos morais, está de acordo com a orientação desta Corte Superior, não merecendo qualquer tipo de reparo.

Da leitura dos trechos acima transcritos, verifica-se que o Tribunal de

origem, analisando o conjunto fático-probatório, concluiu que *configurado está o agir ilícito do mandatário e a falha na prestação dos serviços e, por consequência, a necessidade de reparação civil* (e-STJ, fl.159). Assim, fixou o valor de indenização a título de danos morais em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme as peculiaridades do caso.

Ademais, para se elidir as conclusões do aresto impugnado, a fim de reconhecer a inexistência de ato ilícito, bem como reformar o valor da indenização fixada, seria inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, a teor do que dispõe a Súmula nº 7 desta Corte.

(3) Do termo inicial da incidência dos juros moratórios em relação aos danos morais

No que se refere ao termo inicial dos juros de mora, em relação aos danos morais, o Tribunal local concluiu que devem incidir a partir da citação.

Pelo que se deduz dos autos, o entendimento do acórdão recorrido está em consonância com o desta Corte, no sentido de que o termo inicial dos juros de mora na condenação por dano moral se dá a partir da citação, em se tratando de responsabilidade contratual, como no presente caso.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CONJUGADO COM DANOS MORAIS E MATERIAIS. PROTESTO REGULAR. SUPERVENIÊNCIA DE PAGAMENTO. CARTA DE ANUÊNCIA. ENTREGA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROTESTO. BAIXA. DANO MORAL DEVIDO. REDUÇÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. RELAÇÃO CONTRATUAL. DISSÍDIO DEFICIÊNCIA. SÚMULA Nº 284/STF. SÚMULA Nº 83/STJ.

[...]

7. O marco inicial para a incidência dos juros de mora, no caso de responsabilidade contratual é a citação. Precedentes.

8. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.169.647/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 6/3/2018, DJe 12/3/2018 – sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FINANCIAMENTO DE VEÍCULO.

DESCUMPRIMENTO DE ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. AUSÊNCIA DE BAIXA DO GRAVAME NO DETRAN. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR FIXADO EM PATAMAR RAZOÁVEL. TERMO INICIAL PARA INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA. CITAÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

4. Tratando-se de responsabilidade contratual, é pacífico nesta Corte que os juros moratórios incidem desde a citação do devedor, conforme previsto no artigo 405 do Código Civil de 2002.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 953.108/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, j. 14/2/2017, DJe 22/2/2017 – sem destaque no original)

Estando o acórdão recorrido em plena consonância com a jurisprudência dominante desta Corte, incide, no ponto, a Súmula nº 568 do STJ, segundo a qual, *o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*

(4) Da divergência jurisprudencial

No que se refere ao dissenso jurisprudencial, este não pode ser conhecido porque não realizado o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os julgados trazidos a confronto, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos, não sendo o bastante a mera transcrição de ementas ou de passagens dos arestos indicados como paradigma, por não atender aos requisitos dos arts. 541, *caput*, do CPC/73 e 255, §§ 1º e 3º, do RISTJ.

A propósito:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. CERCEAMENTO DE DEFESA. SUFICIÊNCIA DE PROVAS ATESTADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. INFIRMAR TAIS CONCLUSÕES. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. **DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO.** AGRAVO DESPROVIDO.*

[...]

4. A ausência de similitude fática entre o acórdão impugnado e o acórdão paradigma torna inviável o conhecimento do recurso especial pela divergência jurisprudencial.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.011.318/ES, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 4/5/2017, DJe 18/5/2017 – sem destaques no original)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA CUMULADA COM NULIDADE DE DUPLICATAS E CANCELAMENTO DE PROTESTO.

PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. DECISÃO MANTIDA.

[...]

4. O conhecimento do recurso especial, interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, exige, além da indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente, a demonstração do dissídio, mediante a verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados e a realização do cotejo analítico entre elas, nos termos definidos pelos arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC/1973.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 385.139/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. 4/5/2017, DJe 12/5/2017 – sem destaques no original)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **NEGAR-LHE** provimento.

MAJORO os honorários fixados anteriormente em desfavor de MAURÍCIO em 5% sobre o valor da condenação, limitados a 20%, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC, observado, se o caso, o art. 98, § 3º, do NCPC.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 77, §§ 1º e 2º, 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

